

Diário do Legislativo de 29/10/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Almir Paraca

Vice-Líder: Deputada Elisa Costa

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

3 - ATA

3.1 - Reunião de Comissões

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Agostinho Célio Andrade Patrús (PV)

* Agostinho Patrús Filho

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSB)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (DEM)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PRTB)

* Juninho Araújo

Elisa Maria Costa (PT)

* Elisa Costa

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PHS)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getulio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

* Zezé Perrella

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (DEM)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Lúcia Soares de Mendonça (DEM)

* Maria Lúcia Mendonça

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo César de Freitas (PDT)

* Paulo Cesar

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

* Rêmolo Aloise

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi(PP)

* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 28/10/2008

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

Em virtude de erro material ocorrido na formatação das colunas de notas quando da preparação dos arquivos enviados para a publicação do "Diário do Legislativo" de 25/10/2008, verificado especificamente nos resultados finais do concurso para as especialidades de Consultor Legislativo - Áreas VI e VII, códigos 219 e 220 -, publicam-se a seguir as listas devidamente corrigidas, tornando-se sem efeito as respectivas listas publicadas naquela edição.

Cargo: 219 – Consultor Legislativo – Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer

INSC.	NOME	CLAS.	PROVA 1ª ETAPA	PROVA 2ª ETAPA	PROVA 3ª ETAPA	NOTA FINAL
762902	ANA CRISTINA DE CARVALHO PONTES	1	53,0	58,0	111,7	222,7
753687	GUSTAVO RAFAEL DA SILVA FARIA	2	53,0	55,0	84,2	192,2
732683	CRISTIANE MARCAL DOS SANTOS	3	54,0	53,0	79,9	186,9
748370	CELINA DE SOUZA TEIXEIRA	4	38,0	53,0	72,0	163,0

Cargo: 220 – Consultor Legislativo – Área VII – Desenvolvimento Social e Defesa Social

INSC.	NOME	CLAS.	PROVA 1ª ETAPA	PROVA 2ª ETAPA	PROVA 3ª ETAPA	NOTA FINAL
754541	GUSTAVO GOMES MACHADO	1	42,0	52,0	102,5	196,5
724969	DALTON CARDILLO MACEDO	2	55,0	49,0	75,0	179,0
758301	ANA ROGERIA VITORIO CAON	3	47,0	45,0	84,0	176,0
723935	RONALD DE OLIVEIRA ROCHA	4	46,0	50,0	78,5	174,5
748498	HARMONIA SILVA NICOLINO	5	49,0	48,0	74,5	171,5
741995	ANA LUZ LEDIC	6	37,0	44,0	89,0	170,0
771009	ELISABETE BARBOSA GIMENEZ	7	53,0	42,0	72,0	167,0
751100	NATHALIA MARQUES LEIME	8	43,0	41,0	75,8	159,8

ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/10/2008

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da

aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentação de relatório sobre reunião realizada em 12/9/2008, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, na qual foi discutida a fiscalização trabalhista das cooperativas de médicos que prestam serviços a hospitais de Belo Horizonte. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.754/2008, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Ruy Muniz. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Augusto Ferreira, Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas, e Wladimir Rodrigues Dias, Consultor desta Casa, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.643 e 2.656/2008. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi (2) em que solicita seja enviado ao Secretário de Defesa Social pedido de edição de portaria definindo que todas as perícias médicas sejam feitas por Peritos dessa Secretaria, de forma direta, quando possível, ou de forma indireta, quando não for possível a presença do Perito oficial, no local e no momento em que houver necessidade de emissão de laudo pericial; e que seja encaminhada à Secretaria de Saúde - Gerência de Vigilância Ambiental e à Prefeitura Municipal de Betim - Serviço de Vigilância Ambiental denúncia recebida por esta Comissão, acerca de vazamento de gás na Refinaria Gabriel Passos - Regap - situada no Município de Betim; Doutor Rinaldo em que solicita seja enviada ao Poder Judiciário a cópia da transcrição da audiência pública desta Comissão ocorrida em 8/10/2008, em que se discutiu a questão da perícia médica em pronto-socorro; e seja solicitado ao Presidente do Tribunal de Justiça que determine ao Presidente do Fórum de Monte Carmelo, a cassação de portaria baixada pelo Delegado de Polícia daquela cidade, segundo a qual todos os médicos que atuam nos serviços de pronto atendimento emitam laudo pericial, sob determinação da autoridade policial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/10/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; e pela rejeição do veto ao § 2º do art. 1º, ao art. 4º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63, 65 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; 23 com a Subemenda nº 1, que apresenta; 24 na forma apresentada em Plenário; e 25 a 27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que altera o art. 1º da Lei 15.979, de 13/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Gilberto Abramo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.757/2008, do Deputado Walter Tosta.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.549/2008, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.916/2007, do Deputado Inácio Franco; 2.672/2008, do Governador do Estado; 2.687/2008, do Deputado João Leite; 2.695 e 2.696/2008, do Governador do Estado; 2.711/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.724 e 2.729/2008, do Governador do Estado; 2.747/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.753/2008, do Deputado Neider Moreira.

Requerimentos nºs 2.939/2008, do Deputado Braulio Braz; 2.946/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.944/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.335/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.760/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.762/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.764/2008, do Deputado João Leite; 2.767/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.770/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.915/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A

REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 29/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.719/2008, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 29/10/2008, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos vetos à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado; e à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação; dos Projetos de Resolução nºs 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de Emenda à Constituição Federal; 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; e 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências; 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica; 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 1.093/2007, do Deputado Adalcleber Lopes, que altera o art. 1º da Lei 15.979, de 13/01/2006; 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito; 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica; 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000, que dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - MG; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica; 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará o imóvel que especifica; 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de União o imóvel que especifica; 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica; 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica; 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica; 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba; e 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Padre João, Presidente, em exercício.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2008, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar parecer de redação final e de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Padre João, Presidente em exercício.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2008, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, e do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2008, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.800/2008, da Deputada Ana Maria Resende, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 46/2008, do Tribunal de Contas, dos Projetos de Lei nºs 2.463/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, 2.493/2008, da Deputada Ana Maria Resende, 2.531/2008, do Deputado Braulio Braz, 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, 2.611/2008, do Deputado Gilberto Abramo, 2.693/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.725/2008, do Deputado Délio Malheiros, 2.781/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 2.794 e 2.795/2008, do Deputado Leonardo Moreira, 2.808/2008, do Deputado Irani Barbosa, 2.823/2008, do Deputado Padre João, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.246/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 2.553/2008, do Deputado Sebastião Helvécio, 2.631/2008, da Deputada Gláucia Brandão, 2.650/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.686/2008, do Deputado Jayro Lessa, 2.712/2008, do Deputado Gil Pereira, 2.721/2008, do Deputado Padre João, 2.773/2008, do Governador do Estado, 2.774/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.776/2008, do Deputado Ronaldo Magalhães, 2.777, 2.778 e 2.779/2008, do Deputado Padre João, 2.782/2008, do Deputado Carlos Mosconi, 2.784, 2.787 e 2.790/2008, do Governador do Estado, 2.792 e 2.793/2008, do Deputado Elmiro Nascimento, 2.796/2008, do Deputado André Quintão, 2.798/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, 2.802/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 2.804/2008, do Deputado Sebastião Helvécio, 2.805/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 2.806/2008, do Deputado Domingos Sávio, 2.809/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, 2.812 e 2.813/2008, do Deputado Padre João, 2.815/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, 2.816/2008, da Deputada Ana Maria Resende, 2.818/2008, do Deputado Domingos Sávio, 2.820/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.687/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Marianense de Handebol, com sede no Município de Mariana.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.687/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Marianense de Handebol, com sede no Município de Mariana, que possui como finalidade precípua difundir a prática desse esporte, principalmente entre as crianças e os adolescentes residentes na localidade.

A entidade busca sempre utilizar o esporte como instrumento educativo, atuando no campo social e na formação da cidadania e promovendo e apoiando ações de prevenção às drogas e a outros vícios.

Dessa maneira, contribui para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, tornando-os cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

Tais iniciativas a tornam merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.687/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.696/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem como objetivo dar denominação a escola estadual de ensino fundamental situada no Município de Novo Cruzeiro.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.696/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Augusto Soares à escola estadual de ensino fundamental localizada na Fazenda Santo Antônio, no Município de Novo Cruzeiro.

Cabe ressaltar, inicialmente, que a proposta em tela decorre de solicitação do Colegiado escolar da referida unidade de ensino, que, em reunião realizada em 2/7/2008, homologou, por unanimidade de votos, a indicação do nome de Augusto Soares.

Natural do Distrito de Novilhona, no Município de Novo Cruzeiro, o homenageado destacou-se na comunidade por sua simplicidade e bondade, qualidades que, aliadas a sua disposição para o trabalho, lhe permitiram dedicar-se com empenho e eficiência aos assuntos de interesse público. Entre suas ações, inclui-se a doação do terreno para construção do prédio escolar.

Diante dessas considerações, é justa e meritória a pretensão de gravar seu nome no prédio da referida escola estadual.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.696/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.729/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio situada no Município de Divinópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.729/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Vida Nova à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, localizada no Centro Socioeducativo de Divinópolis, na Av. Conde Kelidônia, nº 111, Bairro Jardim Floramar, nesse Município.

Inaugurado recentemente, o Centro Socioeducativo de Divinópolis tem capacidade para atender a 20 adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas de internação e outros 20 em regime de internação provisória. Além de instalações para administração, refeitório, apoio técnico e alojamentos, possui espaço para visitas, oficinas, escola, quadras esportivas e equipamentos diversos.

Com a finalidade de proporcionar as condições necessárias à educação, segurança e ressocialização dos adolescentes infratores, de tal maneira que cada um deles possa ter um projeto de vida ao deixar o local, o Centro faz parte da política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional sustentada nos direitos do ser humano e numa pedagogia que aprofunda e avança na concepção de educação, voltada para a conquista da autonomia, do exercício da cooperação e da vivência.

Na unidade de ensino ali situada, os adolescentes têm aulas de reforço escolar e passam por avaliação para serem encaminhados à série do ensino regular que podem frequentar, com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistente social, pedagogo, terapeuta ocupacional e advogados, além de enfermeiros, médicos e dentistas.

Diante dessas considerações, o nome de Escola Estadual Vida Nova é apropriado a este estabelecimento, pela importância que representa para a ressocialização dos adolescentes e sua reintegração na sociedade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.729/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.747/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Movimento Sócio-Cultural e Esportivo Medalhas de Ouro, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.747/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Movimento Sócio-Cultural e Esportivo Medalhas de Ouro, com sede no Município de Contagem, que possui como finalidade precípua implementar ações nas áreas da cultura, do esporte e do lazer.

A entidade promove reuniões e festividades desportivas, recreativas e sociais; participa de eventos cívicos, desenvolve a educação física em várias modalidades, cria órgãos para divulgação de suas atividades e realiza palestras, seminários e debates visando à troca de informações e difusão de conhecimentos, com ênfase nas práticas esportivas.

Dessa maneira, incentiva as pessoas, através do esporte e da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaboradores na construção de uma sociedade justa e solidária.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.747/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.366/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o projeto de lei em epígrafe determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS".

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, por ela apresentado.

Vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, na forma do art. 188, c/c o art. 102, XI, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise determina a colocação, pelos hospitais, casas de saúde e clínicas conveniadas com o SUS, de letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS". Conforme a proposição, o letrado deverá ser luminoso e colocado em local visível e de maior circulação. O projeto prevê, ainda, prazo para que as instituições cumpram a medida e multa para os casos de descumprimento.

A formalização de convênios ou contratos com a iniciativa privada para a oferta de serviços públicos de saúde está prevista no art. 24 da Lei Federal nº 8.080, de 1990, que estabelece que, quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

O art. 12 da Lei nº 13.317, de 1999, que contém o Código Estadual de Saúde, dispõe que as ações e os serviços de saúde desenvolvidos por unidades de saúde federais, estaduais e municipais, das administrações públicas direta e indireta ou por unidades privadas contratadas ou conveniadas serão organizados e coordenados pelo órgão gestor, de modo a garantir à população o acesso universal aos serviços e a disponibilidade das ações e dos meios para o atendimento integral.

O mérito da proposição em comento é apresentar mecanismo para evitar que o usuário do SUS, quando necessitar de atendimento médico, passe por várias instituições até chegar à que tem convênio com o sistema, onde será efetivamente atendido.

Consideramos pertinente a apresentação do Substitutivo nº 1, pela Comissão de Constituição e Justiça, que incluiu a obrigação proposta no projeto em análise na Lei nº 16.279, de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado. O substitutivo sugere, ainda, que a afixação do letrado luminoso seja feita na fachada externa da instituição de saúde.

Entretanto, para facilitar o cumprimento da medida e reduzir os custos de sua efetivação, consideramos desnecessário que o letreiro seja luminoso. Além disso, como as instituições geralmente têm convênio com o SUS apenas para algumas especialidades médicas, o usuário deveria ser informado sobre quais são elas. Por esses motivos, sugerimos a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.366/2008 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1, a seguinte redação.

"Art. 3º - ...

Parágrafo único - As instituições a que se refere o "caput" deste artigo, que forem conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS -, afixarão na fachada externa, em local visível, letreiro com a frase 'Temos convênio com o SUS' e a relação das especialidades médicas oferecidas pelo convênio."

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Hely Tarquínio.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.096/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.096/2007, de autoria do Deputado Durval Ângelo, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental de Apoio aos Policiais de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.096/2007

Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental de Apoio aos Policiais de Minas Gerais – Orgapol-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Organização Não Governamental de Apoio aos Policiais de Minas Gerais – Orgapol-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Wander Borges, relator - Agostinho Patrús Filho - Getúlio Neiva.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

Comunicações

- O Sr. Presidente despachou, em 28/10/2008, as seguintes comunicações:

Do Deputado Dimas Fabiano, dando ciência da indicação do Deputado Vanderlei Jangrossi como membro efetivo da Comissão de Política Agropecuária. (- Ciente. Designo.)

Do Deputado Dimas Fabiano, dando ciência de sua escolha como líder do PP e indicando o Deputado Pinduca Ferreira como Vice-Líder do referido Partido. (- Ciente. Publique-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/10/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Ariany de Castro Pinheiro do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Liliane Aparecida de Souza para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marcus Pestana

exonerando, a partir de 28/10/08, Alexia Castro Moura Reis de Carvalho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Ana Letícia Pires de Sousa Costa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Ana Paula Ribeiro Melillo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Carla Gonçalves Trindade Rebello do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Celio de Oliveira Dias do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Daniel Augusto Perez Fernandes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Denilson José da Silva do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Deraldo Costa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Eduardo da Silva Cardozo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Giselle Feller Stoianoff Santos Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Grasielle Vieira dos Santos Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Junia Duarte Ferraz Demetrio do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Kelly Jacqueline Maciel Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Ludmila Nunes Costa Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Luiz Cláudio de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Matheus José Fernandes Lara do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Mônica Maria de Oliveira Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Mônica Miranda Gomes Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Raquel Braga Paulino do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Ricardo Buçard Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Ricardo William Serafim Barbosa do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Sandra Maria Lemos Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 28/10/08, Virgínia Nunes de Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Rosangela Pereira de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

nomeando Alexia Castro Moura Reis de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Ana Letícia Pires de Sousa Costa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Ana Paula Ribeiro Melillo para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Carla Gonçalves Trindade Rebello para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Celio de Oliveira Dias para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Daniel Augusto Perez Fernandes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Denilson José da Silva para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Deraldo Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Eduardo da Silva Cardozo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Giselle Feller Stoianoff Santos Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Grasielle Vieira dos Santos Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Junia Duarte Ferraz Demetrio para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Kelly Jacqueline Maciel Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ludmila Nunes Costa Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Luiz Cláudio de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Matheus José Fernandes Lara para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Mônica Maria de Oliveira Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Mônica Miranda Gomes Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Raquel Braga Paulino para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Ricardo Buçard Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ricardo William Serafim Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Sandra Maria Lemos Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Virgínia Nunes de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Alex Rone da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Cleber de Faria Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar em 13/11/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais elétricos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Construtora Mattos Baracho Ltda. Objeto: reforma na entrada da garagem do andar 1S, situada na Rua Dias Adorno, e no salão amarelo, situado no andar SE do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 01.122.701-20009-3.3.90.39. Vigência: até a data do recebimento definitivo da obra, em até 45 dias, contados da data da assinatura deste instrumento. Licitação: Pregão Eletrônico 064/2008.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemig Celular S.A. Objeto: prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais. Objeto: aditamento: ampliação do objeto em 25%. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33.90.39.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belta Tecnologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de análise, avaliação e diagnóstico da qualidade do ar em ambientes climatizados do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 339039. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada em razão do valor (art. 24, II, da Lei 8.666, de 1993.)

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MC Consultoria Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria nas áreas de opinião pública, análise de cenário e assessoramento estratégico. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação contratual, por um período de 12 meses, com manutenção do valor contratual. Vigência: 13/11/2008 a 13/11/2009. Dotação orçamentária: 01.031.729-4239-3.3.90.35.